



BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE PROJETO MEMÓRIA ORAL

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Hoje, dez de agosto de 2006, a Biblioteca Mário de Andrade registra o depoimento do atual diretor da BMA, o advogado Luís Francisco Carvalho Filho para o Projeto Memória Oral da instituição, iniciativa esta que vem sendo desenvolvida com o objetivo de resgatar a história da Mário de Andrade de uma forma matizada, através de narrativas orais dos seus mais diferentes protagonistas: antigos funcionários, diretores, colaboradores, pesquisadores, artistas e intelectuais. Na direção de captação audiovisual deste registro, Sérgio Teichner e na condução do depoimento, Thaís Ruiz e Daisy Perelmutter.

Daisy Perelmutter: Bom, Chico, nós gostaríamos que você iniciasse o seu depoimento nos contando um pouco como foi a sua relação com a Biblioteca previamente à sua posse como diretor.

Luís Francisco Carvalho Filho: Eu frequentava a Biblioteca como um leitor normal, frequentando a sala de leitura do andar térreo, exclusivamente. Eu passei o período do ano de 2004 afastado do meu escritório e das minhas atividades normais – eu estava fazendo um trabalho de pesquisa – e comecei a frequentar de forma sistemática esta e outras bibliotecas de São Paulo: o IEB¹, as Ciências Sociais da USP², o Instituto Histórico Geográfico, a Faculdade de Direito, enfim, são as que eu me lembro. E como pesquisador eu tomei contato com o processo de decadência da Biblioteca Mário de Andrade.

DP: E qual era a pesquisa que você estava desenvolvendo durante esse período?

¹ Instituto de Estudos Avançados

LF: A pesquisa era sobre pena de morte no Brasil, especificamente nos períodos colonial e imperial, e eu vim aqui um pouco para procurar livros relacionados com história regional, história municipal.

DP: E, como consulente, qual era a sua impressão da Biblioteca?

LF: Primeiro, a riqueza do acervo: tudo tem aqui. Tinha a dificuldade operacional de você ter que fazer uma pesquisa manual nas fichas, este tipo de coisa. Por exemplo, quando eu ia para as bibliotecas na USP, eu olhava em casa na internet e já tinha o localizador do livro, sabia em que instituição o livro estava disponível, etc. Aqui na Biblioteca era para procurar coisas que eu não encontrava lá nessas bibliotecas. Por exemplo, eu me lembro que eu estava procurando um livro, eu não me lembro o autor, mas ele assinava com o pseudônimo Mota Coqueiro, e Mota Coqueiro foi um rico fazendeiro do interior do Rio de Janeiro que foi executado em 1850, nos anos 1850, e era tido historicamente como a última execução pública no Brasil, o que é uma notícia falsa. Mas eu procurei este livro – era um livro da língua tupi – não pelo seu conteúdo, mas para ver se encontrava uma pista do porquê desta pessoa adotar como pseudônimo o nome de Mota Coqueiro. Não consegui apurar absolutamente nada, mas de qualquer forma aqui eu pude examinar a primeira edição, a segunda edição, a terceira edição do livro. Isso mostra um pouco a riqueza deste acervo.

DP: Esse material você encontrou na coleção geral?

LF: Na coleção geral.

DP: Você chegou a trabalhar na Seção de Obras Raras?

LF: Não. Na hora em que eu for retomar essa pesquisa, sistematicamente, eu precisarei disso, mas na época ainda não precisava. Mas uma outra circunstância curiosa: eu li aqui na Biblioteca, consegui a cópia de uma revista chamada *Investigações*, editada na década de 1940 pelo Departamento de Polícia e que, por

² Universidade de São Paulo



uma coincidência, escreviam para essa revista intelectuais importantes, havendo até uma coincidência de pessoas que escreviam para o *Boletim Bibliográfico*, o que eu não sabia. E um dia eu vou à Seção de Raros, como diretor, e eu vejo a coleção de revistas – ela tinha sido retirada pelo Bruno da coleção geral para a coleção de obras raras justamente por essa circunstância.

DP: E, Chico, como aconteceu o convite para você dirigir a Biblioteca?

LF: Foi uma coincidência, foi uma... Na verdade isso resultou de uma crítica que eu fiz à Biblioteca, ao então candidato a prefeito José Serra. Nós tivemos um encontro e eu falei para ele que se ele ganhasse a eleição ele tinha que cuidar disso aqui. Ele me desafiou e disse: “Eu cuido se você for o diretor da Biblioteca”; e a partir dessa relação é que a coisa se desenvolveu. Eu pensei muito antes de aceitar porque eu teria que me afastar do escritório de forma significativa, mas eu imaginei que estava na última idade de praticar uma loucura, loucura grande. Loucuras eu acho que a gente sempre pode cometer, mas loucura grande...

DP: E quando você aceitou qual foi o seu maior fantasma e, na verdade, a sua maior utopia em relação à Biblioteca?

LF: Bem, a minha aceitação tinha um pressuposto, que seria o investimento do poder público municipal na recuperação da Biblioteca. Essa era a utopia – eu imaginava que fosse mais fácil do que está sendo, e os fantasmas são os naturais de quando você vai a um lugar no qual você é um ser estranho.

DP: E como é que você reagiu diante das críticas pela sua indicação, pelo fato de você não ser da área, nunca ter trabalhado na administração pública da cultura?

LF: Em relação a isso não houve crítica propriamente dita, pelo menos que tenha sido dita a mim ou, publicamente. Houve, sim, crítica pelo fato de eu não ser bibliotecário. É um desvio corporativista, eu tenho absoluta convicção de que o diretor da Biblioteca Mário de Andrade não pode ser uma atribuição da carreira do



profissional bibliotecário – o que não significa que você não possa ter um bibliotecário diretor, evidentemente. Mas não esta relação de obrigatoriedade. Acho que no atual momento a circunstância de eu ser uma pessoa estranha aos quadros do poder público municipal é uma vantagem. Vantagem porque eu não sou apegado à cultura local, esse tipo de coisa.

DP: E como você foi recebido pelos funcionários?

LF: Eu acho que fui recebido bem e, ao mesmo tempo, com uma desconfiança. As coisas me foram mostradas e, quando tomei conhecimento do outro lado do balcão, eu pude ver que o problema era muito mais complexo do que se poderia imaginar, ou do que qualquer outra pessoa pode imaginar.

Thaís Ruiz: Quando você fala “do outro lado do balcão”, quer dizer que, quando você fez a crítica ao então candidato José Serra, você tinha uma ideia do que poderia ser feito na Biblioteca para que ela ficasse melhor. O que você achava que deveria ser feito? E aí, quando você assume, que você está do outro lado do balcão, quando é que você começa a ter que mudar esse desenho?

LF: A minha impressão inicial era de uma biblioteca tecnologicamente primitiva. O fato de o acervo não estar no cadastro eletrônico, só em fichas e uma pequena parte no cadastro eletrônico da prefeitura – isso é um complicador para quem pesquisa. Eu já tinha uma noção, não exata, da deterioração do acervo – teve livros que eu tive que devolver quando eu li aqui, porque eu abri, a primeira página saiu, a segunda página saiu, a terceira... e eu fechei e falei: “Não quero ser o responsável pela última leitura deste livro”. Era um livro do princípio do século que estava acabando. Depois eu fui conhecer e verificar que aquilo não era propriamente uma coincidência, mas aquilo fazia parte de um processo.

Eu tinha em mente que talvez uma reforma, restaurar, etc. Mas quando eu entrei, vi que o problema era muito mais profundo, que o investimento teria que ser muito maior – não só no que se refere ao dinheiro, mas também ao tempo. Eu imagino que esta Biblioteca, se tiver uma atenção permanente do poder público



municipal, se tiver patrocínio da iniciativa privada para vários projetos, em dez anos ela pode ser uma biblioteca moderna, bem feita, etc.

Eu não tinha noção da desatualização do acervo, até porque eu não vinha procurar coisas que tinham sido lançadas recentemente, que eu poderia comprar. Mas eu verifiquei que isso é realmente importante. O grande segredo de uma biblioteca é a atualização do seu acervo e eu verifiquei que aqui a defasagem é enorme e que a última grande compra foi feita durante a gestão da Erundina.

DP: E de todos os problemas que você identificou, você acha, por exemplo, que a mão de obra é o problema mais grave? Você consegue estabelecer uma escala de gravidade dos problemas?

LF: Eu descobri que para cada lado que você olha, você tem um problema, e esse problema é grave, o problema é gigantesco. Não existem soluções mágicas para essas coisas porque no fundo é um processo que vem de muitos anos, desde a década de 1970, 1980.

A Biblioteca está superlotada. Isto significa o quê? Que os livros estão mal acondicionados, estão se deteriorando há muitos anos. Como ela está superlotada você não pode fazer uma aquisição que seja grande porque você não tem onde pôr. Por outro lado, você não tem pessoas – se você comprar livros, estes livros não serão processados tecnicamente, eles não vão chegar ao leitor. E se fizesse isso, eles não teriam espaço. Você percebe que um problema puxa o outro. Hoje, se eu tivesse o poder de mágica e colocasse cinquenta bibliotecários aqui dentro, eu teria que cuidar do passado e não do futuro, porque não cabe. Seria importante, mas enfim...

DP: E em relação ao antigo desenho organizacional da Biblioteca, o que você achava? Quando você chegou tinha mais ou menos uma estrutura que foi mudada a partir da mudança da Biblioteca para um departamento...

LF: É, isso foi uma das primeiras constatações práticas que eu tive: a Biblioteca não tem nenhum tipo de independência administrativa, financeira, etc. Isso significa que



quando eu cheguei existia o seguinte hábito, a seguinte cultura interna: esperar que vários computadores quebrassem para mandar consertar. Então, em vez de você ter um problema, você tem um problema que passa a ser maior, gigantesco. Por quê? Porque não tem autonomia para se resolver aquele problema. Então para resolver aquele problema depende do departamento, que depende do secretário, que depende... Então esta constatação eu verifiquei logo. Por outro lado o Calil, como secretário e como ex-diretor do Centro Cultural São Paulo, tinha isso como uma perfeita noção, resultado da experiência dele. Então ele sempre olhou a questão da independência da Biblioteca, como de outras entidades culturais como o Centro Cultural, o Teatro Municipal, etc. como uma necessidade.

Essa reforma administrativa, é importante dizer, é muito limitada. Ela foi feita por decreto, ela não pode criar cargos, transformar cargos, etc. Então significa que nós adquirimos, sim, algum tipo de autonomia em relação a algumas coisas, mas a gente continua com a mesma máquina colocada. A reforma administrativa, para ela se adaptar a um departamento mais ágil, mais eficaz, etc., dependeria de um projeto de lei. E também a transformação dela em uma fundação dependeria de um projeto de lei. Esse é o nosso maior objetivo.

DP: E o que você acha dessa transformação? Você acha que é o único caminho para viabilizar e fazer com que a Biblioteca de fato prospere e atenda adequadamente?

LF: Não há dúvida, porque senão a relação com a iniciativa privada é muito limitada. A Biblioteca precisa ter uma dotação orçamentária e precisa ter meios eficazes de conseguir se relacionar com a iniciativa privada para o desenvolvimento de projetos específicos.

DP: E, Chico, em relação ao projeto anterior. Uma das primeiras ações dessa administração foi rever o projeto que havia sido aprovado durante a gestão da prefeita Marta Suplicy. Eu queria que você falasse um pouco dos motivos que levaram à suspensão do projeto anterior e quais, na sua opinião, eram os maiores problemas, os maiores equívocos dessa proposta.



LF: Veja bem, na verdade o projeto que nós encontramos não estava terminado, é importante dizer. Quer dizer, ele era um projeto de arquitetura, mas ainda não tinha os projetos executivos realizados. Ele fazia algumas opções que eu não chamaria de equivocadas, mas que eu chamaria de problemáticas. Por exemplo, a construção de um imenso subsolo na parte da frente da biblioteca, muito profundo, que, além de significar uma obra muito cara, teria um impacto depois de manutenção muito grande – e manutenção é um problema muito sério na administração municipal.

Do ponto de vista de projeto, quer dizer, de programa, eu não achava adequada a instalação de um restaurante no terceiro andar da Biblioteca. Acho que as coisas não se combinam. Nós tínhamos um terceiro problema que era a desvalorização cambial ocorrida durante este período, ou seja, o dinheiro que nós teríamos, que era estimado em dólares passou a ser menos cruzeiros quando nós estávamos mexendo com isso. O que significava que nós teríamos menos recursos para construir uma obra que custaria muito caro. E como existia uma avaliação, já feita na prefeitura, de custo dos projetos executivos que teriam um preço alto, somado ao que já se havia pago para o projeto de arquitetura, nós achamos que na relação custo/benefício, seria melhor fazer um projeto novo, menos ambicioso do ponto de vista arquitetônico, construtivo; um projeto de restauro e de modernização e por um preço melhor.

Este projeto só teria viabilidade se nós conseguíssemos espaço para expandir, ou seja, nós deixaríamos de construir aquela obra subterrânea se nós tivéssemos uma alternativa. A alternativa já existia, era um processo de discussão há muitos anos, que era a ocupação do prédio do IPESP³, que fica exatamente aqui ao lado. E a prefeitura assumiu a vontade política, digamos assim, de trazer este prédio para a prefeitura, o que acabou dando certo, o que acabou tendo sido concretizado em janeiro, fevereiro deste ano, do ponto de vista formal. Com esse prédio, agora nós estamos fazendo um projeto de reforma desse prédio, para adaptação dele para a Biblioteca. Então, ao invés de fazer um subsolo, nós vamos ocupar um outro prédio vertical, uma outra biblioteca vertical – o que não é o ideal, mas é o nosso retrato. Do ponto de vista urbanístico me parece também

³ Instituto de Previdência do Estado de São Paulo



interessante, quer dizer, você utilizar... As grandes bibliotecas que são refeitas – vamos lembrar Paris – são feitas distante. Não teria condições de você construir uma biblioteca plana, ampla, no centro de São Paulo – a não ser que se tivesse uma área absolutamente deteriorada em que se pudesse fazer isso. Ao mesmo tempo, do ponto de vista urbanístico, esse investimento que se está fazendo nesta região, nesta praça, tem tudo para ajudar a revitalização desta região. Porque tem uma praça belíssima, etc.

DP: Em relação a esse projeto de restauro que foi aprovado, quais são as qualidades que você identifica no projeto?

LF: Acho que a primeira delas é a de não descaracterizar o prédio, é de você reconhecê-lo efetivamente como patrimônio histórico e de você manter as suas características básicas. Ele é um prédio difícil por causa do estilo, nós temos um problema sério que é a inacessibilidade universal, então para se concertar isso, no projeto, nós fizemos algumas intervenções. Mas são intervenções que tentam harmonizar a uma visão moderna, do ponto de vista arquitetônico, dentro de um prédio que tem o seu valor histórico e que vale a pena preservar. Com transparência, com intervenções que não comprometem inclusive a sua irreversibilidade.

DP: E a escolha do escritório, como é que se deu?

LF: Olha, eu não conhecia o escritório Piratininga, depois eu vim a conhecer e ter uma noção da qualidade do trabalho deles porque eles fizeram um restauro no prédio da Associação dos Advogados, que era um lugar que eu frequentava e que é realmente um projeto belíssimo. Eu tive... Quem me indicou foi o próprio Calil que conhecia o trabalho deles, e nós chamamos vários escritórios e fizemos uma avaliação de propostas, digamos assim, de custos deste projeto. E eles apresentaram uma proposta perfeitamente razoável e que estava no tamanho da prefeitura, digamos assim. Enfim, acho que foi uma boa escolha.



DP: E o processo de aquisição do IPESP foi um processo muito difícil?

LF: O processo foi porque depende de... A vontade pessoal e as vontades políticas não se sobrepõem às dificuldades burocráticas, isso é uma coisa que nós temos que aprender, que eu aprendi aqui na Biblioteca. Você quer fazer uma coisa e você não consegue. Então, tinha uma série de impedimentos, todas as soluções sempre encontravam barreiras, de um tipo ou de outro. Por exemplo, ou precisa de um projeto de lei, e aí projeto de lei você manda e não sabe quando vem, como vem. Então encontramos uma solução que foi o Governo do Estado adquirir do IPESP, que é uma autarquia, este prédio, e eles cederem por prazo indeterminado e sem custos para nós. Ou seja, não é uma compra do prédio, é uma cessão, o que viabilizou. Acabou dando certo. A prefeitura tinha a ideia de comprar, de fazer permuta, mas cada uma dessas iniciativas esbarrava em uma dificuldade posterior.

DP: E, Chico, em relação à Biblioteca voltar a ter credibilidade como uma biblioteca de pesquisa, quais você acha que são as ações necessárias para que ela readquira esse lugar?

LF: Bom, temos que corrigir todos os nossos problemas, está certo? Vou te enumerar: um - deterioração do prédio; dois - falta de espaço; três - desatualização; quatro - deterioração do acervo existente; cinco - falta de pessoal; seis - cultura interna. Aí você só vai recuperar esta credibilidade de forma absoluta quando você conseguir mexer nisso tudo. Evidentemente isto é um programa paulatino, por isso que têm ações que vão se desenvolvendo com o objetivo de recuperar esta imagem. Eu acho que uma das coisas importantes que devem ser feitas é a modificação do perfil da Biblioteca. Hoje existe um absoluto descompasso entre as pessoas que frequentam a Biblioteca e o acervo que ela detém. Eu acho que esse é o ponto central da reforma que nós temos que fazer. Ou seja, a Biblioteca Mário de Andrade tem que continuar a ser uma biblioteca pública, a nossa ideia é que a biblioteca circulante venha para cá, para a sala de leitura, que ela passe a ser ali uma biblioteca de livre acesso aos livros – a gente tem uma coleção importante de livros que circulam e que as pessoas possam levar para casa. Essa será a relação que a



gente terá como uma biblioteca pública efetivamente. Por outro lado, reservar a torre para a nossa coleção – hoje chamada coleção geral – e que ela seria reservada aos pesquisadores. A par disso, a reforma prevê o retorno das cabines de pesquisa que existiram no passado e que hoje estão praticamente desativadas, só duas funcionam. Nós vamos construir, além de algumas salas coletivas, 16 cabines individuais de pesquisa que as pessoas poderão ocupar por tempo determinado, previamente liberado pela Biblioteca, etc. Portanto, nós vamos ter um lugar restrito para pesquisadores com leitores de microfilme, com computador para acesso a outras mídias, etc.

Então eu acho que é a partir daí que você vai conseguir com que as pessoas voltem, e a Biblioteca Mário de Andrade volte a ocupar o circuito de pesquisa. Hoje eu sinto que as pessoas vêm pra cá quando não encontram em outros lugares, um pouco como foi até a minha experiência. Para isso você tem que ter o acervo inserido em um catálogo eletrônico, uma série de medidas. É um processo lento, mas algumas medidas já começam a surtir um efeito, paulatinamente. É uma ilusão imaginar que nós vamos fazer esta reforma e o problema da Biblioteca estará resolvido. Não. Eu diria que a reforma da Biblioteca serve para quase zerar o jogo – porque aí o jogo vai ter que começar. Ao mesmo tempo em que você resolve o problema do *deficit* de espaço, você já tem que começar a planejar a falta de espaço que você terá no futuro. A Biblioteca é uma das poucas coisas que não param de crescer, a Biblioteca não para de crescer jamais.

DP: Você instaurou, desde que você assumiu a sua gestão, uma dinâmica de trabalhos em grupo para discutir essas ações emergenciais. Eu queria que você falasse um pouco o que você tem achado dessa dinâmica.

LF: Na verdade isto não foi desde que eu entrei. Na verdade isto é uma das coisas que eu me arrependo de não ter começado logo. Mas também foi importante. A gente passou a se reunir com um grupo de bibliotecários, um grupo de funcionários, um corpo dirigente da biblioteca em seus vários setores... se reunir a cada 15 dias, dependendo da época, semanalmente, para discutir os problemas.



Eu acho que isto foi fundamental; primeiro, para transformar este projeto de reforma e revitalização da Biblioteca num projeto comum e, do meu ponto de vista pessoal, fundamental para conhecer a cultura interna e identificar aquilo que intuitivamente eu já tinha, que são as dificuldades que se tem: a descrença absoluta; são pessoas sofridas que vêm vendo a Biblioteca sendo maltratada durante tanto tempo, e as coisas não acontecem. Então há um ceticismo absolutamente generalizado. Há pouco tempo me perguntaram: “Escuta, essa reforma vai sair mesmo?”. Eu falei: “Olha, estamos no processo de licitação. Podem acontecer coisas, mas...”. As pessoas não querem acreditar que vai acontecer. Então esse processo de discussão ao mesmo tempo legitima o projeto e faz com que a gente consiga dar alguns passos.

Um dos grandes problemas culturais da Biblioteca é que como os problemas são gigantescos, eles não são solucionados, eles são deixados para depois. Então um dia quando tiver um número de bibliotecários suficientes para catalogar eletronicamente todo o acervo – que são 350 mil – nós vamos fazer. Agora, nós não vamos ter um número de pessoas para isso, quer dizer, nós temos que começar a fazer coisas. Então, um exemplo foi: vamos fazer a catalogação dos livros da FAPESP⁴. Um dia eu tomei um susto: descubro que livros doados da época da Erundina para a Biblioteca – cerca de 1.500 livros – estavam encaixotados. Então nós pegamos como desafio catalogar estes livros – não só catalogar, mas inserir no catálogo eletrônico. Vamos fazer uma parceria com uma empresa... Mas, enfim, esta foi uma das poucas coisas na história recente da Biblioteca que tem começo, meio e fim.

TR: Eu queria só voltar: quando a Daisy perguntou como é que a Biblioteca poderia voltar a ser uma biblioteca de pesquisa, você enumerou algumas coisas que dificultam e você falou da cultura interna e agora você falou novamente da cultura interna. Então eu queria que você explicasse mais o que é a cultura interna que impede que a Biblioteca seja uma biblioteca de pesquisa. Porque as outras coisas deram para entender, que é a coisa da digitalização, da falta de espaço, etc. Mas

⁴ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo



essa questão da cultura interna – eu acho que talvez até nós saibamos – mas como é um registro, é importante que você explicita.

LF: Todas as instituições têm uma cultura interna, uma biblioteca, uma prisão, um hospital... e essa cultura interna é decorrente de uma série de fatores históricos. Eu vejo o problema da Biblioteca... Em primeiro lugar ela teve um *glamour* enorme durante muitos anos, sendo a principal instituição cultural da cidade, então ela passou a viver um pouco desta imagem. Quando ela deixou de ser a única biblioteca, na medida em que as bibliotecas da USP se desenvolvem, outras alternativas são criadas, outras bibliotecas de arte são estabelecidas em São Paulo; evidentemente, o público vai se diluindo dentro destas outras instituições. Ao mesmo tempo houve algumas medidas que eu considero bastante equivocadas. Uma delas foi a de fatiar o acervo da Biblioteca Mário de Andrade para a formação do acervo do Centro Cultural São Paulo.

De repente você passa a investir no Centro Cultural por ser uma instituição mais nova e a Biblioteca fica abandonada. Isso cria um sentimento de resistência, as pessoas olham para o poder público municipal como pessoas que vêm para tirar as coisas daqui. Eu me lembro do seguinte: a primeira vez que eu fui ao Centro Cultural São Paulo para visitar o Calil, que era o diretor, me falaram o seguinte: “Ah, você vai ao Centro Cultural?” - “Vou” - “Não deixe pegar o piano” – aquele piano que está aqui. “Mas como pegar o piano?” - “Ele não vai pegar o piano?” – que supostamente teria pertencido ao Mário de Andrade. Então isso mostra o medo – que é uma reação normal – e, ao mesmo tempo, isso revela o amor que as pessoas têm pelas coisas da Biblioteca, isso revela, ao mesmo tempo, uma visão do poder público municipal de dispor disso de maneira equivocada. Isso permite a formação de feudos, porque, se as coisas são retiradas daqui arbitrariamente, enfraquecendo o seu acervo, estes lugares começam a se transformar em feudos. Quer dizer, a dificuldade de informação é uma maneira de preservar, mas a formação do feudo acaba gerando outro tipo de problema.

A formação deste processo cultural é de resistência, de ceticismo, você tem objetivamente infiltrações, obras não acabadas, trabalhos não feitos. Basta a gente lembrar o seguinte: o ar condicionado da torre, que foi instalado em 1992 durante o



governo da Erundina, nunca entrou em funcionamento. Vai entrar depois da reforma. Isso era dado como um equipamento perdido quando eu entrei aqui, e, por uma circunstância ocasional, eu recebi a visita de um técnico japonês, e ele falou: “Isso funciona, sim”. E nós fomos atrás e funcionava, e isso foi reaproveitado. Com essa economia, nós vamos ter um *backup* de ar condicionado que nos permitirá, por exemplo, tendo problema com um ou outro, ele entra em funcionamento.

Tudo isso foi gerando nas pessoas um sentimento de que as coisas não vão acontecer. Ao mesmo tempo você tem um número de pessoas muito pequeno. Em 1992, eram 66 bibliotecárias; eu entrei e tinham 25. Então só esse número já te mostra... Isso não é resultado de política de aprimoramento administrativo. Não houve uma reengenharia aqui. O que houve foi uma corrida por aposentadoria e falta de reposição. Então falta funcionários, falta uma série de coisas. E por faltar pessoas, você não consegue desenvolver projetos de fôlego. A gente tem que lembrar que todas as pessoas tiram férias todo ano, as pessoas ficam doentes, as pessoas têm problemas. Então é muito difícil de você organizar equipes para fazer forças-tarefas para recuperar o tempo perdido no passado.

Existe uma tendência dentro disto tudo de não abraçar estes desafios para esperar o momento em que a gente vai ter maior comodidade, maior número de pessoas, mais isto tem que ser rompido tem que começar a ser feito. Uma doação de um livro de arte ou de um livro qualquer, se você cataloga hoje, você faz este trabalho em dez minutos. Agora, se você deixa juntar isso durante um ano, você vai precisar de meses e meses, não sei quantas pessoas para fazer, montar uma força-tarefa, este é um problema cultural interno que tem que ser resolvido.

DP: E como consulente você achava que o atendimento ao público era adequado? Mesmo com todas essas limitações?

LF: Era. Eu sempre tive uma boa impressão – quer dizer, uma impressão de uma instituição formada por pessoas um pouco cansadas – mas isso também é uma característica nossa. Quer dizer, eu fui na Biblioteca de Lisboa, que é muito bacana, você também tem isso, por exemplo. Mas o serviço era prestado. Por exemplo, eu precisava tirar cópia de um texto; aquele texto, pela idade do livro, não poderia tirar



xérox, então eu tive que pedir um microfilme. Mas aí você pede um microfilme, depois de não sei quanto tempo você retira o microfilme e depois você tem que levar aquilo ampliar em um lugar fora. É um processo que é ainda muito antigo, muito cansado. Mas as pessoas... Com tudo funcionando, as pessoas são muito educadas, você não ficava horas esperando um livro – e hoje inclusive não é assim. As coisas funcionam dentro do seu ritmo, dentro da sua rotina. Mas, de qualquer maneira, você sente a falta de pessoas, a falta de... – isso não é um problema nosso, mas é um problema da prefeitura: as pessoas ganham mal, as pessoas não têm reajuste há não sei quanto tempo e então as carreiras não são valorizadas. Uma coisa puxa a outra.

DP: Chico, qual a importância que você atribuiu ao processo de difusão cultural para a BMA? Porque no novo desenho que foi estabelecido da Biblioteca, a Difusão é uma diretoria, você tem dado bastante destaque para essa atividade. Eu queria que você falasse um pouco do tipo de programação que você acha apropriada no contexto desta Biblioteca.

LF: Eu acho o seguinte: em primeiro lugar tudo dependerá de uma reforma administrativa. Quer dizer, o que eu quis fazer com este novo desenho, dividindo em três partes a gestão da Biblioteca – uma parte de biblioteconomia, propriamente dita, uma parte de difusão cultural e uma parte administrativa. Antes estavam todos subordinados ao mundo da biblioteconomia e não é para ser. Isso não faz muito sentido. O que eu imagino: a difusão cultural não é apenas para eventos, eles são importantes, mas os eventos passam. O que eu imagino é que seja num futuro – eu não diria utópico, ou, se falasse em utopia, falaria em utopia viável – ela ser uma espécie de gestora do patrimônio cultural que existe dentro da Biblioteca, e para que isso sirva para não só multiplicar eventos que tenham a ver com a Biblioteca, mas também saber identificar dentro da Biblioteca aquilo que pode se converter em um eventual produto, e sendo um eventual produto, que possa trazer não só prestígio como recursos para a Biblioteca.

A Difusão Cultural tem que ter uma nova cara. Evidentemente, hoje nós não temos condições de fazer isso ainda. Ainda estamos... Mas, enfim, sair do mundo da



biblioteconomia. Mas nós já começamos a ensaiar esses passos – sair do mundo da biblioteconomia – hoje nós temos uma diretora que não é uma bibliotecária, nós já temos uma área de publicações, vamos relançar a revista, esse tipo de coisa. O próprio andamento dessas coisas, quando a gente puder ter meios – a gente tinha que ter muito mais gente. Nós temos que ter pessoas antenadas em instituições fora do Brasil, se relacionando com elas para verificar que tipo de recursos que a gente poderia obter de instituições internacionais. Nós não sabemos. O que acontecia na Biblioteca aconteceu não porque havia um programa desenvolvido. Vou dar um exemplo: um dia me telefonou a diretora da *Vitae*, que encerrou as atividades, dizendo: “Olha, a *Vitae* está encerrando e nós nunca ajudamos em nada a Biblioteca. Nunca se pediu nada para a Biblioteca”. Eu digo: “Nossa!” – porque a *Vitae* patrocinou, financiou as principais instituições culturais brasileiras, museológicas, etc. “Tem uma sobra de dinheiro...” – já tinha acabado o edital – “...você não quer fazer um projetinho rápido?”. Então nós fizemos e eles nos deram duas leitoras de microfimes, etc. Mas você vê que é acidental. Se não tivesse esse telefonema nada aconteceria. Nós temos que ter, dentro deste mundo da difusão cultural, conselhos que conversem com a área de biblioteconomia, com a área administrativa, que é muito importante, e que estejam antenadas nisso, para a gente criar os fatos políticos internos e poder correr atrás das coisas.

Eu já falei em reforma administrativa... Nós conseguimos trazer gente para cá, não é muita gente – foi pouca gente –, mas eu acho que o saldo é positivo. Trouxemos não só pessoas que estavam na Secretaria da Cultura e que a Biblioteca – é importante dizer – era considerada castigo. As pessoas vinham para cá para cumprir pena administrativa, ou para serem encostadas, etc. Nós, de alguma maneira, conseguimos mudar isso trazendo pessoas. Por exemplo, a Thaís veio a fórceps, mas veio. Hoje está aí. Graças à indicação dela outras pessoas vieram para a Biblioteca. Na área administrativa nós conseguimos um embrião de montagem, trazendo pessoas jovens que estavam em outros lugares. Isso tudo é um começo. Mas é um processo bastante lento e que depende... Eu acho que o governo municipal está investindo, sim, bastante na Biblioteca, e isso é fundamental porque senão a iniciativa privada não dá dinheiro. Mas ainda faltam coisas. Precisa ter concurso, nós temos que rever a formação do corpo de profissionais da Biblioteca.



Nós temos que ter historiadores... Nós não temos um engenheiro aqui, nós dependemos da secretaria. Nós temos que ter um químico – quando se fala em laboratório de restauro tem que ter pessoas que sejam formadas e preparadas em outras áreas de nível superior, então tudo isso depende de investimento municipal.

TR: Eu queria insistir um pouco nessa questão dos funcionários. Eu acho importante. No começo você falou também que se você tem poucos funcionários e que se você tivesse mais cinquenta bibliotecários, talvez resolvesse. Ao mesmo tempo você fala que, embora você tenha pouco tempo nesta instituição – você está há quase dois anos...

LF: Um ano e meio, não é? Vamos ser mais justos.

TR: Você acha que o cargo de direção de uma biblioteca não deve ser de exclusividade da carreira de bibliotecário?

LF: De uma biblioteca com esse perfil...

TR: Embora também não exclua a possibilidade de um bibliotecário ser diretor, claro. Agora, que outros profissionais – pensando em tudo o que você disse – na reformulação do perfil da biblioteca – ser uma biblioteca de pesquisa, tendo a difusão, como você disse, um perfil mais avançado, mais ligado no que está acontecendo nacional e internacionalmente, a questão da manutenção, do laboratório de restauro, tudo isso – que outros funcionários, que outras carreiras, que outros profissionais poderiam compor um quadro de biblioteca e para quais áreas os bibliotecários são, realmente, vitais? Porque uma coisa que a gente também discute muito aqui é a questão da formação de acervo, por exemplo, que hoje se dá exclusivamente pelos bibliotecários e, ao meu modo de ver, é um pouco limitado isso.

LF: Veja bem, bibliotecários são fundamentais nesta atividade de formação do acervo. O grande problema é o seguinte: como nós não éramos um departamento e



fazíamos parte de uma rede de bibliotecas públicas, a Biblioteca Mário de Andrade não participava das compras, não opinava sobre as compras. Nós não temos esta cultura, mas vamos precisar ter. Essa é uma pergunta comprida, posso ser comprido? Então eu preciso voltar um pouco atrás. Dentro do projeto de redefinição da Biblioteca há em primeiro lugar o seguinte: nós não podemos querer guardar tudo o que existe, porque senão nós teríamos que construir um andar da torre por ano e não vai dar conta. Então a Biblioteca tem que estabelecer qual é o seu perfil porque a partir daí é que se define o que se vai comprar, etc. Está basicamente estabelecido que a Biblioteca Mário de Andrade será uma biblioteca voltada para: um, a memória de São Paulo; dois, uma biblioteca que seja a mais ampla possível em matéria de literatura e humanidades – artes, história, etc. Dito isto, aí nós temos que fazer uma política de desenvolvimento de coleções. O que nós temos que fazer aqui? Primeiro, verificar o que nós temos de falhas e preencher essas falhas, que é um processo gigantesco. E, segundo, estabelecer uma política de compra, efetivamente. Eu acho que isso é uma coisa que a Biblioteca terá que aprender. E isso não se fará – aí assim – apenas com bibliotecários e não só com funcionários municipais. Nós temos que criar uma rede de equipes de curadores que sejam especialistas em diversas áreas para o desenvolvimento disso, mas com bibliotecários também.

Eu estou querendo começar um plano piloto disso, que é para a biblioteca de teatro da biblioteca circulante. Por quê? Porque hoje a biblioteca circulante fica a um quilômetro daqui e estará nesse local. O entorno desse centro tem inúmeros teatros, escolas de teatro, casas de espetáculo, etc. Esse é um público que eu gostaria de atrair para a biblioteca circulante. Então nós vamos montar uma comissão com gente da Biblioteca e pessoas de fora para fazer a avaliação da nossa biblioteca de teatro, suprir as falhas e ter uma política dinâmica de compra com relação a isso para que as pessoas saibam que – quem é ligado a teatro: ator, diretor, cenógrafos, etc. – encontrarão na circulante da Biblioteca Mário de Andrade um acervo absolutamente completo. Isso é uma maneira de eu criar um público adequado para a Biblioteca.

Agora, quando você pensa em História do Brasil, vai ter que ter historiadores – isso não se resolve com bibliotecários – se resolve com historiadores, com



pensadores, intelectuais. Então, nós não podemos nos iludir: isso não será feito internamente, bem feito, isso terá que ser feito também com o suporte de pessoas de fora.

DP: E com relação aos projetos que nós estamos chamando de autorais, que foram instituídos na sua gestão, como o “Literatura e Vestibular”, com uma parceria com o Instituto Europeu de *Design*, uma retomada da revista com outro perfil editorial. Qual deles você considera o mais bem sucedido, o mais acertado?

LF: Eu acho o seguinte: eles fazem parte de uma coisa maior que é o processo de revitalização. Cada um tem o seu valor, cada um cumpre o seu papel. Por exemplo, “Literatura e Vestibular” é uma maneira absolutamente simples de você cumprir um papel que uma instituição pública deve cumprir, que é dar um curso de graça para pessoas da escola pública. Quer dizer: é um sucesso porque lota. Se a gente pudesse fazer isso em cinquenta lugares diferentes, lotaria também. É uma maneira da Biblioteca atrair gente nova que não está acostumada a frequentar o centro da cidade. Então é uma coisa muito bacana. Nós já estamos no segundo ano. E já que isso é uma coisa que veio para ficar e que deve ficar, eu gostaria que ficasse.

A revista passou a ser episódica, e ela precisa ser periódica. É um processo difícil porque custa caro - nós estamos conseguindo relançar com o apoio da Imprensa Oficial. Mas agora nós temos que correr atrás para conseguir dar a ela um *design* gráfico moderno, uma estrutura editorial moderna. Trouxemos gente de fora para fazer isso. Isso é importante.

O Instituto Europeu de *Design* é uma relação muito simples. Um dia eu fui procurado pelo Vincenzo Scarpellini, que era professor de lá e ele me dizia uma coisa curiosa: “Eu preciso levar os alunos para uma instituição pública, a gente só leva para a Fiat, para empresas privadas”. E eu falei: “Venham”. E eles vieram, passaram a frequentar. Mas ali é uma relação de aproximar pessoas da Biblioteca. Acho que tudo isso faz parte... Os ciclos que a gente faz, a manutenção do Colégio São Paulo. Os ciclos desse ano eu acho que foram bem interessantes e cumpriram uma função bacana.



DP: Que outros projetos no sentido de atrair público para cá, enfim, parcerias, você vislumbra ou pensou ou tem a intenção de fazer?

LF: Acho que tem que ter muita parceria, nós não temos pernas para fazer tudo. Uma que eu imagino – que precisa evoluir ainda – é aproveitar 2008, que, se tudo correr bem, terminará a reforma do IPESP e coincide com o bicentenário da instauração da Imprensa Régia no Brasil. Isso é a efeméride, vamos dizer assim, que tem tudo para frutificar projetos, etc. Eu acho que isto é uma coisa importante que tem pela frente: tentar encontrar uma maneira de envolver a iniciativa privada neste processo. Nós vamos ter um prédio voltado para a imprensa, então esta comemoração dos duzentos anos vai ser importante.

DP: E, Chico, a sua relação com a Secretaria Municipal de Cultura: você tem se sentido inteiramente respaldado nas suas ações, decisões, escolhas, como diretor?

LF: Olha, eu acho que sim. Na verdade eu não tenho muita escolha. Quer dizer, por exemplo, cargo de fora, eu tenho um que está preenchido por vossa excelência, ninguém disse não, os recursos para projeto eu tive... Evidentemente, a Secretaria de Cultura também tem uma série de dificuldades. Meu objetivo é transformar o processo de revitalização da Biblioteca em alguma coisa que seja irreversível e que seja ao mesmo tempo apropriado pelo poder municipal como uma coisa: “Olha, ali vai acontecer, mas para acontecer vai ter que investir mais”. Então, nós vamos ter a reforma do prédio – ah, mas aí preciso dotação orçamentária para botar estantes no outro prédio, vou precisar de dotação orçamentária para aumentar o número de assinaturas de revistas internacionais que eu preciso trazer para cá. Quer dizer, é criar um fato político seguinte: “Já gastamos tanto, nós vamos ter que gastar bem mais para que isso funcione”. O resultado disso é que, historicamente, as bibliotecas são uma grande vitrine para um governante que quer se perpetuar. Então se as pessoas tiverem essa sensibilidade, verão isso. Não é à toa que você tem a biblioteca do Centro Georges Pompidou, a Biblioteca François Mitterrand. As bibliotecas servem para transformar governantes ou príncipes, se a gente fosse usar uma expressão clássica, em pessoas notáveis. Se os governantes de São Paulo

souberem utilizar isso eles serão reconhecidos. Mas para isso vai ter que gastar muito mais dinheiro.

DP: Chico, a mudança recente da BMA para departamento, você acha que tem facilitado a administração da instituição?

LF: Nas pequenas coisas sim, evidentemente. Hoje nós temos uma verba mensal que nós podemos gastar nas emergências. Antes não tinha. Nós tínhamos que pedir para os outros. Se queimou uma lâmpada: pedir, implorar. Com a mudança para departamento nós passamos a ter uma equipe de manutenção maior, nós estamos usando esta equipe, por exemplo, para fazer pequenos serviços no prédio do IPESP. Esse tipo de coisa ajudou. Mas se nós tivéssemos um departamento com um novo perfil seria muito melhor.

DP: E como advogado criminalista, como é que está sendo essa experiência de migrar de uma atividade profissional para outra tão diametralmente distinta? O que mais te incomoda na corporação dos advogados e o que mais te incomoda na corporação dos bibliotecários?

LF: As corporações. Eu sempre tive arrepio à corporação, inclusive as de advogados. Eu me lembro que tem um princípio do Adam Smith que eu costumo repetir sempre, que diz: “Gente da mesma profissão, quando se reúne, é para conspirar contra o interesse público, porque vai defender os seus próprios interesses – isso é natural”. Eu estou me dando bem com os bibliotecários, não tenho tido problema, não. Agora, é uma mudança de vida, é uma vida bastante diferente. Eu estava com vontade de mudar. Eu costumo brincar com o seguinte: profissionalmente meu lema tem uma canção que define “não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar”. Então o mar me navegou para cá, vamos ver até aonde eu vou.

Thaís de Almeida Ruiz: E agora se você pensar naquele convite que o então candidato a prefeito fez e hoje... e quando você recebeu o convite...



LF: Não, eu recebi o convite, depois de eleito, um mês.

TR: Então, mas de quando você recebeu o convite para agora: o que mudou? A sua visão da biblioteca, as suas realizações – você realizou algumas coisas, criou o departamento, conseguiu fazer algumas coisas... Mas está muito longe do que você...

LF: Eu acho que está em um processo, quer dizer, não haverá uma solução mágica que vai chegar num belo dia: “Aqui está a Biblioteca”. Ela é a reversão que eu pretendo deixar como obra administrativa, a reversão de um processo de decadência para um processo de revitalização que, nesse caso, o gerúndio se aplica: não tem uma data marcada. Isso tem que ser levado adiante depois e continuado, etc.

DP: E, Chico, qual é o aspecto mais sedutor de participar da formulação de políticas públicas para a cultura? Entrar nesta seara da cultura?

LF: Eu diria o seguinte: a Biblioteca Mário de Andrade é da seara da cultura, mas ela tem o charme de não ser aquilo que as pessoas pensam de cultura. Hoje o mundo da cultura é financiar eventos, financiar projetos efêmeros, digamos assim. Uma biblioteca como a Mário de Andrade é uma coisa que deve existir durante décadas. De uma certa maneira é por isso que está na contramão da política cultural brasileira hoje. Se nós formos ver o financiamento de projetos culturais pela iniciativa privada com base em recursos públicos – seja pelo não pagamento de impostos, mas isso é uma outra discussão – mas são projetos efêmeros. Então, de uma certa maneira, você fortalecer instituições é a maneira correta de fazer uma política cultural hoje no Brasil, eu tenho a convicção disso. E acho que na Secretaria Municipal de Cultura também existe este sentimento, o Calil é um cara que quer fortalecer o Teatro Municipal, que quer fortalecer o Centro Cultural, quer fortalecer a Biblioteca Mário de Andrade, porque são essas as instituições em que o efêmero fica em volta e desaparece.



DP: E quais são os atributos que você acha que são imprescindíveis para o diretor de uma biblioteca como essa?

LF: Eu não me arriscaria a dizer atributos. Eu acho que administrar isto aqui – é uma questão administrativa. Você não precisa ser um iluminado da cultura para fazer isto. Você tem que ter direção, saber para onde você quer ir, capacidade de transformar esta direção em medidas e capacidade e sorte de ver que estas medidas sejam implementadas, etc. Não tenho a receita disso não.

DP: E como é a sua relação com os livros?

LF: Eu gosto de ler – tanto gosto que acabei vindo aqui. O que você quer saber especificamente?

DP: Quais são os clássicos da sua biblioteca pessoal?

LF: Eu tenho lido muita História do Brasil. O meu interesse quase que – eu não diria exclusivo, mas determinante hoje – é a História do Brasil, neste aspecto que eu estou estudando, que é a história da punição. Minha biblioteca básica de clássicos também tem o crime como cenário: Dostoiévski, etc. Eu estou lendo a biografia de Stalin para ver se aprendo alguma coisa, para executar as determinações que nós precisamos fazer. Gosto muito de poesia, mas vejo a poesia quase como uma coisa inalcançável. Gosto de Manuel Bandeira, principalmente.

DP: E você acha que ler – a prática da leitura realizada nesse ambiente coletivo das bibliotecas públicas tem um sabor especial?

LF: Eu tenho uma visão de que não se conserta o mundo com bibliotecas. Eu não tenho muito essa ilusão. Acho que uma biblioteca como essa tem uma lógica empresarial, financeira, administrativa. Você tem um acervo que foi formado e está aqui. Precisamos encontrar uma maneira de isso ser útil para as pessoas. É a



preservação da memória, todos os países que se prezam fazem isso, o Brasil precisa fazer este tipo de coisa.

Eu não acredito que depois que esta biblioteca estiver assim, o mundo será diferente. Não será diferente, será exatamente igual. As pessoas vão estar dormindo na rua, do lado de fora, e nós vamos estar dando um atendimento especial para pessoas que vêm aqui pesquisar, escrever, produzir cultura, etc. Mas o mundo vai continuar exatamente igual, eu não tenho a ilusão de que isso salvará alguém.

TR: E a Associação? Você poderia falar um pouquinho da Associação também, porque eu achei muito importante você falar sobre essa questão, que é uma outra visão, de você ter que mesclar o que existe do corpo de funcionários da biblioteca, da secretaria, etc., com a sociedade civil, através de curadorias, de conselhos. E a Associação de Amigos da Biblioteca? Como é que ela entra?

LF: Ela tem um papel importante a cumprir por causa das limitações administrativas e orçamentárias que a gente tem. Mas eu não me iludo. Para que ela funcione plenamente ela tem que ser uma Associação verdadeira, para que ela seja uma associação verdadeira ela tem quem ter densidade e representatividade no meio social. Se você pegar – eu não conheço profundamente, mas, por exemplo – a Associação da Cinemateca. Você tem pessoas que têm interesses objetivos, têm disputas políticas, etc. Isso faz com que uma associação se fortaleça. Você só consegue isso com o tempo. A nossa Associação, que foi recriada em 2004, e que eu herdei, quer dizer, era uma associação de amigos da antiga gestão que passa a ser uma associação de amigos desta. Ainda é uma coisa muito frágil. É importante para viabilizar pequenas coisas, mas nas grandes instituições essas associações de amigos cumprem funções importantes. Por exemplo, nos grandes museus, trabalhar com o voluntariado. Eu acho que é muito importante, mas ainda estamos engatinhando na Biblioteca Mário de Andrade. Isso é importante que se diga. Mas tem um papel a cumprir.

DP: Eu faria uma última pergunta em relação a essa iniciativa que foi criada por você que é o projeto de memória oral. O que você acha?



LF: Você quer que eu te elogie?

DP: Não, eu quero que você fale do projeto, que foi uma iniciativa sua.

LF: Eu acho o seguinte: isso é mais uma peça de um painel voltado para a revitalização da Biblioteca. O que eu quero com isso? Ao mesmo tempo em que, na minha perspectiva, isso é para ficar: “Ah, como a Biblioteca é bacana. Você veio aqui, fulano de tal?”. Mas primeiro mostrar o seguinte: fazer um documento do que a biblioteca foi efetivamente, inclusive durante o seu período de decadência, eu não estou aqui atrás de *glamour*. Ao mesmo tempo trazendo pessoas que não viriam aqui de novo. Eu vou te dar um exemplo: nós trouxemos aqui para dar um depoimento na Biblioteca nada mais, nada menos, do que o ex-presidente da república e sua mulher, que frequentaram aqui. A circunstância deles voltarem – não precisavam voltar aqui, fazer esse ato de gentileza de prestar um depoimento aqui, etc – é um reconhecimento da importância da Biblioteca, e passará a ser, na hora que nós tivermos um acervo, como uma demonstração para as pessoas, e eventuais financiadores, por exemplo, quer dizer: “Vejam quem vai lá. Vejam quem esteve”. Terá este efeito multiplicador, não só documentário, mas também uma coisa utilitária de mostrar que a Biblioteca merece ser protegida, recuperada, tem um papel a cumprir.

O que não pode acontecer é que isso sirva como um modelo para que a Biblioteca tente ser aquilo que foi no passado. Não é isso. Ela tem que ser uma coisa nova e mostrar que aquilo que foi é, sim, bastante importante. Por aqui passou toda uma geração de intelectuais. Eu diria a você o seguinte: não será assim no futuro. Aqui as pessoas foram forjadas intelectualmente. Você vê a Chauí⁵ falando, o Giannotti⁶ falando, curiosamente hoje pessoas completamente... que se opõem. Fernando Henrique... mas que têm um traço comum de formação intelectual aqui dentro. Não será assim, este espaço não tem mais essa vocação. Ele terá uma vocação utilitária, de pessoas que estão se formando... A cidade mudou, a cidade

⁵ Marilena Chauí, filósofa. Foi Secretária Municipal de Cultura de 1989 a 1992

⁶ José Arthur Giannotti, filósofo e professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP



tem muitos centros culturais formando pessoas. Mas ela tem um espaço que é o seguinte: o acervo que ela tem será útil para quem quiser utilizar. Isso aqui tem que passar a ser prestação de serviço eficiente. Este é o futuro dela. Com cursos, esse auditório é lindo, você tem o potencial de coisas a fazer, mas sem saudosismo, sem esses desvios. Nesse aspecto, bibliotecários e advogados são muito parecidos, vivem do passado em vez de viver do futuro.

DP: Agradeço. Agradeço em nome da instituição pela sua disponibilidade e pelo seu tempo. Obrigada.

LF: Muito bem. Isso aqui nós computamos como hora de trabalho, não é?

